



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-7037 - http://www.mec.gov.br

MINUTA

MINUTA DE CONTRATO Nº /2021/DICONT/CGC/CGLC/SAA-MEC

PROCESSO Nº 23000.020536/2020-07

TERMO DE CONTRATO Nº XX/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATANTE

A UNIÃO, representada pelo **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 00.394.445/0188-17, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Anexo I, 3º andar, em Brasília - DF, neste ato representada pela sua Coordenadora-Geral, **SIMONE GAMA ANDRADE**, brasileira, CPF nº 515.820.231-15, residente e domiciliado em Brasília – DF, nomeada pela Portaria nº 226, de 22 de abril de 2021, do Ministro de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2021, consoante subdelegação de competência pela Subsecretária de Assuntos Administrativos "(SEI **XXXXX**)", conforme competência substanciada na Portaria nº 694, de 26 de maio de 2000, combinada com a Portaria nº 849, de 22 de abril de 2019, ambas do Ministro de Estado da Educação, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA

E a empresa ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 23000.020536/2020-07e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1.  
1.1.  
1.2.  
1.3.
- CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO  
O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa de prestação de serviços de agente de integração para intermediar a realização de estágio supervisionado remunerado e não obrigatório, de estudantes que estejam regularmente matriculados e frequentando cursos de nível superior, na modalidade graduação, em instituições de ensino sediadas em Brasília, ou em instituições com sede em outros estados que ofertem cursos na modalidade a distância, oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, vinculados à estrutura de ensino público ou privado, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.  
Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.  
1.3. Descrição da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS DE ESTÁGIO - NS
1	Contratação de agente de integração de estágio, visando à prestação de serviços continuados de operacionalização do programa de estágio, incluindo: processo de seleção de estudantes, a contratação do seguro contra acidentes pessoais, e demais procedimentos relacionados à concessão e ao auxílio na gestão de vagas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	75

2.  
2.1.  
2.1.1.  
2.1.2.  
2.1.3.  
2.1.4.  
2.1.5.  
2.1.6.  
3.  
3.1.
- CLÁUSULA SEGUDA - DA VIGÊNCIA  
O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:  
*Os serviços tenham sido prestados regularmente;*  
*Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*  
*Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*  
*Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*  
*Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*  
*Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*  
CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO  
O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxx.

ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS DE ESTÁGIO - NS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO VALOR UNITÁRIO R\$	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MENSAL MÁXIMA (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL (R\$)
1	Contratação de agente de integração de estágio, visando à prestação de serviços continuados de operacionalização do programa de estágio, incluindo: processo de seleção de estudantes, a contratação do seguro contra acidentes pessoais, e demais procedimentos relacionados à concessão e ao auxílio na gestão de vagas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	75			

- 3.2.
- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.  
4.1.
- CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:  
Gestão/Unidade:  
Fonte:  
Programa de Trabalho:  
Elemento de Despesa:  
Pl:
- 4.2.
- No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5.  
5.1.
- CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO  
O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6.  
6.1.
- CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE  
As regras para reajuste são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

7.  
7.1.
- CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA CONTRATUAL  
Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8.  
8.1.
- CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO  
O modelo de execução dos serviços a serem executados pela Contratada, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela Contratante são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9.  
9.1.
- CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA  
As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.  
10.1.
- CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO  
Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11.  
11.1.
- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.  
As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.


12.  
12.1.
- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE  
As obrigações da Contratada inerentes ao sigilo e à confidencialidade das informações são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

05/08/2021	SEI/MEC - 2796501 - Minuta de Contrato
13.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO</b>
13.1.	O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
13.1.1.	por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
13.1.2.	amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
13.2.	Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
13.3.	A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
13.4.	O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
13.4.1.	Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.4.2.	Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.4.3.	Indenizações e multas.
14.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES</b>
14.1.	É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
14.2.	É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
14.2.1.	A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
14.2.2.	A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.
15.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES</b>
15.1.	Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
15.2.	A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3.	As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
16.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS</b>
16.1.	Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.
17.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO</b>
17.1.	Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
18.	<b>CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO</b>
18.1.	O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.
18.2.	Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.


**SIMONE GAMA ANDRADE**  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

**MINUTA**



Documento assinado eletronicamente por **Cleuber Lopes Alves, Chefe de Divisão**, em 02/08/2021, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2796501** e o código CRC **9270CDF1**.